

**PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026**

**COMPASNET Nº 90035/2026**

**(Processo Administrativo nº 2569/2026)**

**(Processo Licitatório nº 089/2026)**

**TORNA-SE PÚBLICO** que a **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, sediada na Rua Porto Alegre, 350 – Jardim Santa Rita – Fernandópolis/SP, **REALIZARÁ LICITAÇÃO**, na **MODALIDADE PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, com **CRITÉRIO DE JULGAMENTO MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, que integram o presente ato convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) designado(a), denominado(a) Pregoeiro(a), devidamente designados(as) pelas Portarias nºs 22.776, de 18 de junho de 2025 e 22.777, de 18 de junho de 2025, e suas eventuais alterações. O servidor(a) terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório; receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela sua elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

A gestão contratual será exercida pelos gestores e fiscais de contratos, devidamente designados pela Portaria nº 22.745, de 09 de junho de 2025, e suas eventuais alterações, sendo que as apurações de responsabilidade contratual que se fizerem necessárias serão conduzidas pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC, nos termos da Lei Complementar nº 262, de 04 de abril de 2024.

**IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO SOBRE O EDITAL:** As dúvidas e esclarecimentos acerca do presente Edital, bem como as impugnações, deverão ser



encaminhadas eletronicamente através do Site do Município. Para isso, o licitante deverá acessar o site oficial da Prefeitura de Fernandópolis, disponível no endereço <https://www.fernandopolis.sp.gov.br>. Na página inicial, em "Serviços Principais", deve-se clicar no link "GESTÃO SEM PAPEL". O usuário deverá clicar em "Protocolo" e depois em "POUPATEMPO", na página 4 das opções "Pedidos de Esclarecimento e Impugnação de Editais de Licitação (Lei Federal nº 14.133/2021)", fazer o login no Sistema FlowDocs e Protocolar. As respostas às dúvidas ou impugnações serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal, disponível em [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), e no site oficial da Prefeitura de Fernandópolis, no endereço [www.fernandopolis.sp.gov.br](http://www.fernandopolis.sp.gov.br).

<b>DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS:</b>	08h00 do dia 25/05/2026 (Horário de Brasília - DF).
<b>DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO/ESCLARECIMENTO:</b>	23h59 do dia 08/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
<b>DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:</b>	08h29 do dia 11/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
<b>DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:</b>	08h30 do dia 11/06/2026 (Horário de Brasília - DF).
<b>LOCAL:</b>	Portal de Compras do Governo Federal - <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br">www.gov.br/compras/pt-br</a>
<b>MODO DE DISPUTA:</b>	Aberto.

## 1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS EM *HOME CARE* PARA PACIENTE ESPECÍFICO DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP, EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em ÚNICO ITEM, conforme tabela constante no item 1.1. do Termo de Referência (Anexo II).

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

2.6.1. O afastamento da reserva de cota não impede a participação de ME e EPP no certame, permanecendo plenamente garantidos todos os demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, tais como o direito de preferência (empate ficto) e o prazo para regularização fiscal e trabalhista tardia, nos termos da legislação vigente.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

2.7.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação.

2.7.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.7.4.1. O impedimento de que trata o acima será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.7.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.7.9. Pessoas físicas, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8.1. A vedação de que trata o item acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso, encontrando-se devidamente consignado no Termo de Referência (Anexo II).

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico,

que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica.

4.6.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.

4.6.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei.

4.6.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo.

4.6.7 Que participe do capital de outra pessoa jurídica.

4.6.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar.

4.6.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores.

4.6.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.



4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

4.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional.

5.1.2. Marca.

5.1.3. Fabricante.

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante deverá apresentar proposta contemplando a totalidade do quantitativo do item, sendo vedada a oferta em quantitativo inferior.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência (Anexo II), assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência (Anexo II).



## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, ao objeto produzido por:

- 6.20.1. Empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo.
- 6.20.2. Empresas brasileiras.
- 6.20.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 6.20.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, nos termos do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, da legislação correlata e dos demais impedimentos previstos no item 2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça sua participação na licitação ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf.

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro poderá verificar se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação

ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis.

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

7.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

7.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

7.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

7.10.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor demandante.

7.15. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.16. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação.

## **8. DA FASE DA HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Em relação ao consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio idôneo que assegure a veracidade das informações.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pela Prefeitura de Fernandópolis, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo MÍNIMO DE DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.11.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12. Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

8.12.1. A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.12.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12.3. Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante.

8.12.4. Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.13. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço eletrônico constante neste Edital.

## **10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Julgados os recursos, constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade Competente adjudicará e homologará a licitação.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

12.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante a Prefeitura de Fernandópolis para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) Encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR).

b) Disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente.

c) Outro meio eletrônico.

12.4. O Aceite do Pedido de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

12.4.1. Referido instrumento está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital.

12.4.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

12.5. Os prazos dos itens 12.2 e 12.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

12.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato.

13.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

13.1.3. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

13.1.4. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

13.1.5. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

13.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa.

13.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

13.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.



13.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

13.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa.
- c) Impedimento de licitar e contratar.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

13.5. Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura de Fernandópolis, as sanções administrativas previstas no ITEM 13.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13.6. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.6.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

- a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato.
- b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato.

- c) **PRÁTICA CONCERTADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos.
- d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

#### **14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 14.3. A impugnação ao Edital e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por meio eletrônico, exclusivamente por intermédio da plataforma indicada no preâmbulo deste Edital.
- 14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 14.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 14.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis, no endereço: <https://www.fernandopolis.sp.gov.br/>.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.**

**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.**

**ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO.**

Fernandópolis-SP, 21 de maio de 2026.



---

**JOAO PAULO SALES CANTARELLA**  
Prefeito Municipal de Fernandópolis





## ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

## 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar visa fundamentar a Contratação de Empresa Especializada em HOME CARE.

### Problema a ser resolvido sob a perspectiva do Interesse Público

A necessidade desta contratação origina-se da obrigação do ente público em cumprir a decisão judicial exarada no Processo n.º 1001381-46.2020.8.26.0189, que tramitou pela Egrégia 1ª (primeira) Vara Cível de Fernandópolis-SP, que determina o fornecimento dos Serviços *home Care*, na modalidade de enfermagem 8 horas por dia. Considerando que o Contrato nº 0168/21 encerra sua vigência em 20/05/2026 sem possibilidade legal de prorrogação, faz-se necessária nova contratação para garantir a continuidade dos cuidados com a vida e saúde do paciente.

Salienta-se que o não cumprimento da determinação judicial poderá ensejar: aplicação de multa diária; Responsabilização do gestor público; Bloqueio judicial de valores; Prejuízo direto à saúde do paciente. Por outro lado, a contratação se mostra necessária para garantir a continuidade da assistência domiciliar ao paciente; evitar internações hospitalares prolongadas; assegurar atendimento humanizado e adequado.

Por fim, a presente contratação não se trata de política pública ampla, mas sim de cumprimento específico de ordem judicial individual, devendo ser executada nos exatos limites estabelecidos na decisão, especialmente quanto à carga horária e natureza dos serviços.

## 2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra-se devidamente prevista e cadastrada no Plano de Contratações Anual (PCA), aprovado para o exercício 2026. A previsão do serviço no PCA pode ser consultada no sítio eletrônico oficial do Município de Fernandópolis (SP) no seguinte endereço: [https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a\\_76\\_0\\_1\\_13012026092541.pdf](https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_76_0_1_13012026092541.pdf) (item n.º 90 do cronograma).





### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

## Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras

Em atenção ao dever de padronização e otimização das especificações técnicas, a CONTRATAÇÃO OBSERVARÁ O CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, disponibilizada e gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para os itens e códigos a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA
1	Prestação de serviço de atenção domiciliar (Home Care), em cumprimento à decisão judicial, com disponibilização de <b>serviços de enfermagem (técnico ou auxiliar de enfermagem, com supervisão obrigatória por enfermeiro), por 08 (oito) horas diárias, todos os dias da semana</b> , inclusive feriados, conforme determinação judicial.	12920	MÊS

**Modalidade:** Prestação de serviços de enfermagem domiciliar.

**Carga Horária:** 08 (oito) horas diárias no período diurno, inclusive feriados, totalizando 240 horas mensais.







**Gestão da Execução do Serviço:** A contratada será integralmente responsável pela organização de sua equipe, incluindo definição de escalas, substituições e alocação de profissionais, devendo garantir a continuidade da prestação do serviço nos termos pactuados. A Administração não realizará qualquer controle sobre a escala ou sobre os profissionais individualmente designados, limitando-se à verificação do resultado contratado.

**Exclusão de Insumos:** A contratada **NÃO** deverá cotar medicamentos, materiais médicos ou dietas, uma vez que estes itens serão fornecidos diretamente pelo Município através da rede SUS.

**EPI's:** É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos materiais de proteção individual dos seus funcionários.

### Natureza do Serviço

Certifica-se que ESTE OBJETO SE TRATA DE SERVIÇO COMUM, pois é um serviço cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência por meio de especificações usuais de mercado e é utilizado amplamente por outros órgãos da Administração Pública, não se caracterizando como serviço de natureza singular.

O objeto da presente contratação caracteriza-se como **serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra**, estruturado sob o regime de execução por resultado.

A contratação não tem por objeto o fornecimento de profissionais individualmente considerados, mas sim a **garantia da prestação contínua do serviço de atenção domiciliar**, conforme parâmetros de desempenho previamente definidos.

A opção por este modelo fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos:

- inexistência de subordinação direta entre a Administração e os profissionais da contratada;
- ausência de controle de jornada individual pela Administração;
- responsabilidade integral da contratada pela gestão de seus recursos humanos;
- liberdade organizacional da contratada para definir escalas, substituições e alocação de profissionais;
- fiscalização centrada no resultado entregue, e não na alocação de mão de obra.





Dessa forma, a contratação se enquadra no modelo de prestação de serviços por resultado, afastando a caracterização de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a Administração não exercerá qualquer ingerência sobre a gestão interna da contratada, limitando-se à verificação do cumprimento das obrigações contratuais pactuadas.

### Justificativa de Terceirização

A presente contratação decorre de **determinação judicial individualizada**, não se caracterizando como política pública ampla ou estruturação permanente de serviço de saúde.

Trata-se de medida excepcional e específica, destinada exclusivamente ao cumprimento de ordem judicial que impõe ao Município a prestação de atendimento domiciliar a paciente determinado, com características próprias e individualizadas.

Ressalta-se que:

- o Município não dispõe de estrutura administrativa ou quadro de pessoal suficiente para atendimento imediato da demanda;
- a criação de cargos ou ampliação do quadro permanente não se mostra medida eficiente ou proporcional diante da natureza individual e transitória da obrigação;
- a contratação não substitui política pública estruturada, mas atende obrigação judicial específica.

Dessa forma, a terceirização se justifica como medida excepcional, necessária e proporcional, alinhada aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público, não se caracterizando como terceirização de atividades finalistas ou estratégicas inerentes ao núcleo de competência da Administração.

## Participação de Pessoas Físicas

Em observância aos objetivos da isonomia e da justa competição, e considerando a natureza de Serviço Contínuo desta contratação, A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NESTE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO NÃO SERÁ ADMITIDA, tendo em conta que a execução do contrato exige capacidade técnica, logística, capital de giro e a capacidade de garantir o resultado com substituição rápida e estruturada de recursos (pessoal ou material), o que pressupõe uma organização empresarial estável e contínua. Desta forma, a vedação da Pessoa Física é necessária para assegurar a





segurança jurídica e a economicidade da contratação, garantindo que o fornecedor possua a estrutura mínima para arcar com todas as obrigações de execução e garantia do serviço.

### Tratamento Jurídico Diferenciado Previsto na Lei Complementar nº 123/06

Como o valor total estimado da licitação ultrapassa o limite de exclusividade, a Administração avaliou a possibilidade de aplicar a reserva de cota de até 25% do objeto.

Contudo, decidiu-se pela dispensa dessa reserva, nos termos do art. 49, inciso II, da LC nº 123/2006, devido à natureza tecnicamente e economicamente indivisível do objeto.

O serviço foi dimensionado em escopo único e integrado (Serviço-Mês, conforme Tópico 4), e sua divisão em cotas comprometeria a qualidade e a gestão do resultado final. A fragmentação geraria perda de economia de escala e introduziria conflitos de interface e responsabilidade, dificultando a fiscalização.

Também foi verificado que a fragmentação do objeto prejudicaria a continuidade e a segurança do serviço, pois quebraria a cadeia de responsabilidade necessária para a execução do objeto contratado de forma integrada.

## Vistoria

A realização de vistoria prévia não será exigida, pois as especificações contidas no Termo de Referência (a ser elaborado) são suficientes para o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do serviço, não havendo risco de elaboração de propostas inexequíveis devido à falta de conhecimento do local.

### Exigência de Instalação de Escritório na Localidade

Para esta contratação não será exigida a instalação de escritório ou base operacional no município de Fernandópolis/SP. Esta decisão se baseia no entendimento de que o deslocamento pode ser feito de cidades próximas sem prejuízo à execução e que a exigência de escritório seria restritiva à competitividade do certame.

## Garantia do Serviço

As garantias dos serviços prestados serão aquelas que constam no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), aplicando-se o prazo legal de 30 (trinta) dias para serviços não duráveis e 90 (noventa) dias para serviços duráveis, não havendo necessidade técnica ou econômica que justifique a exigência de garantia contratual adicional para este objeto.





## Garantia da Contratação

Não haverá exigência da Garantia de Execução Contratual (prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021) para esta contratação, em razão do baixo valor global. A Administração entende que a aplicação de sanções, multas e a possibilidade de glosas no pagamento serão suficientes para garantir o cumprimento das obrigações, promovendo a economicidade ao não onerar o licitante com o custo da garantia.

## Subcontratação

Não será admitida a subcontratação **integral** do objeto, especialmente das atividades finalísticas de assistência de enfermagem domiciliar, por constituírem a parcela principal e essencial da contratação. Todavia, poderão ser admitidas subcontratações acessórias, mediante prévia autorização da Administração, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela execução contratual.

## Vigência Contratual e Prorrogações

A vigência inicial será de 12 (doze) meses.

Admite-se prorrogação sucessiva por iguais períodos nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- haja previsão no edital;
- seja mantida a vantajosidade;
- haja disponibilidade orçamentária;
- o desempenho da contratada seja satisfatório.

As prorrogações serão formalizadas por termo aditivo.

#### 4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades necessárias para a presente contratação está detalhada na tabela a seguir. O quantitativo refere-se ao número de ciclos mensais de serviço completo (unidade de resultado recorrente) a ser entregue durante a vigência do contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Prestação de serviço de atenção domiciliar	12920	MÊS	12







todos os dias da semana, inclusive feriados, para garantir o resultado esperado de atendimento de serviços de enfermagem domiciliar por determinação judicial – através de *home care* - por 12 meses.

- **Unidade de Medida (MÊS):** A adoção da unidade MÊS como métrica de contratação se justifica por ser a forma mais precisa de mensurar a execução de um escopo fixo e recorrente de serviço (pacote de resultado), com preço previamente determinado, evitando a medição da alocação de mão de obra.
- **Insumos:** **Fica a cargo do Município a entrega mensal dos insumos e medicamentos através do Sistema Único de Saúde - SUS** (insumos e medicamentos).

Esses elementos evidenciam que o quantitativo proposto é compatível com a necessidade real da Administração, garantindo que o serviço seja dimensionado pelo resultado esperado.

## Análise de Interdependência e Economia de Escala

A determinação do quantitativo considerou a demanda consolidada de todos os setores da Prefeitura, o que possibilita economia de escala em relação ao preço unitário do serviço. A contratação não gerará duplicidade de esforços ou sobreposição de atividades com outros contratos vigentes ou com servidores públicos.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

## Análise das Alternativas Possíveis

A escolha da solução a contratar foi precedida da análise de alternativas para o atendimento da necessidade, sendo avaliadas as seguintes possibilidades, conforme segue abaixo:

- **Alternativa 1:** Execução Direta do Serviço: Utilização de servidores públicos para a realização das atividades.
- **Alternativa 2:** Contratação de Serviço Comum (Sem Dedicção Exclusiva): Contratação de empresa com foco exclusivo no resultado final da prestação.
- **Alternativa 3:** Contratação de Serviço com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO): Contratação da empresa com alocação exclusiva de pessoal.

## Justificativa Técnica e Econômica da Escolha







A análise das alternativas possíveis demonstrou que a Execução Direta pela Administração (Alternativa 1) não se apresenta como solução viável ou eficiente. Os serviços avaliados caracterizam-se como atividades materiais, acessórias e instrumentais, não relacionadas às funções finalísticas do órgão. A utilização de servidores públicos demandaria criação de cargos ou remanejamento inadequado de pessoal, o que geraria aumento de custos e perda de eficiência, motivo pelo qual essa alternativa foi descartada.

A contratação com dedicação exclusiva de mão de obra (Alternativa 3) também foi considerada, porém NÃO SE MOSTRA VANTAJOSA para o presente objeto. O serviço de *Home Care* tem como foco a execução de um resultado mensurável e o desempenho do sistema/equipamento, e não a gestão da força de trabalho. A exigência de Dedicação Exclusiva seria um ônus administrativo desnecessário (exigindo fiscalização de folha de pagamento, PCF e assiduidade), sem agregar valor ao resultado final.

Dessa forma, conclui-se que a Contratação de Serviço Comum Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (Alternativa 2) configura a solução técnica e economicamente mais adequada. Esse modelo garante:

1. **Foco no Resultado:** A Administração fiscaliza apenas a qualidade e o desempenho do serviço entregue (medido em MÊS, conforme Tópico 4).
2. **Eficiência e Inovação:** A Contratada tem total liberdade para gerir seus próprios recursos (pessoal, horários, ferramentas), promovendo a máxima eficiência e buscando soluções inovadoras.
3. **Simplicidade Administrativa:** Elimina a necessidade de controle exaustivo sobre a Planilha de Custos, simplificando a gestão e a fiscalização do contrato.

Por esses motivos, a alternativa Sem Dedicção Exclusiva é a recomendada para atender plenamente às necessidades identificadas no estudo.

## Avaliação da Competitividade do Mercado

O mercado fornecedor deste tipo de serviço é considerado plenamente competitivo. Isto é, o objeto desta licitação é um Serviço Comum (conforme Tópico 3), com especificações padronizadas (CATSER). Assim, constata-se a existência de múltiplos players no contexto nacional e regional aptos a fornecer o serviço. Tal cenário incentiva a ampla participação e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.





## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O VALOR ESTIMADO TOTAL desta Contratação, para o período de 12 (doze) meses, é de R\$ 139.560,00 (Cento e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta reais), conforme Pesquisa de Preço (Apêndice I).

### Detalhamento dos Valores

A estimativa foi calculada com base na quantidade de Serviço-Mês (conforme Tópico 4) e na aplicação dos preços unitários de mercado para o resultado final. O detalhamento segue na tabela abaixo, cujo valor unitário principal é o custo total estimado do MÊS de serviço, que já engloba todos os recursos, mão de obra, custos indiretos e lucro da Contratada.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Prestação de serviço de atenção domiciliar (Home Care), em cumprimento à decisão judicial, com disponibilização de <b>serviços de enfermagem (técnico ou auxiliar de enfermagem)</b> , por 08 (oito) horas diárias, <b>todos os dias da semana</b> , inclusive feriados, conforme prescrição médica.	12920	MÊS	12	R\$ 11.630,00	R\$ 139.560,00





## Metodologia da Pesquisa e Fontes

A estimativa de valor foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada conforme os parâmetros estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pelas normas municipais aplicáveis.

No caso específico de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, a apuração do valor estimado contempla o preço global do resultado mensal.

A composição do valor estimado contemplou a obtenção de preços de mercado para a execução completa do Serviço-Mês, incluindo:

1. Contratos Similares: Valores praticados em contratações análogas de outros órgãos públicos.
2. Propostas de Fornecedores: Orçamentos formais de empresas do ramo.

Para assegurar transparência e rastreabilidade, todas as informações utilizadas na estimativa foram registradas no Apêndice I – Pesquisa de Preços, que concentra a memória de cálculo completa e as fontes consultadas.

**Sigilo da Informação**

Certifica-se que a Estimativa do VALOR DA CONTRATAÇÃO NÃO É SIGILOSA, uma vez que será divulgada no edital e demais documentos da fase externa do processo licitatório, considerando que tal divulgação não compromete a competitividade nem a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### Detalhamento da Solução Escolhida

A solução final a ser contratada consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO (sem dedicação exclusiva de mão de obra), com foco na execução do resultado final, conforme dimensionamento e requisitos detalhados nos Tópicos 3 e 4.

O escopo da contratação abrange a execução do Serviço-Mês para a garantia de fornecimento de serviços de enfermagem – Home Care para atendimento de paciente específico por determinação judicial.

A contratada poderá, a seu critério, utilizar sistema de rodízio de profissionais, não havendo exigência de profissional fixo para execução do objeto.





O serviço será executado no seguinte local: Av. Amadeu Bizelli, n.º 15, Fernandópolis-SP. O Contratado deverá garantir o resultado exigido, observando os prazos de pronta resposta e atendimento definidos no Termo de Referência. Esta solução foi eleita por ser a mais vantajosa técnica e economicamente, à medida que atende de forma satisfatória à necessidade pública.

## Exigências de Gestão da Continuidade Operacional e Qualidade

As exigências relacionadas à gestão da continuidade operacional e à manutenção da qualidade foram consideradas elementos essenciais para a definição da solução.

Em serviços executados sem dedicação exclusiva, o foco está na responsabilidade integral da Contratada pela entrega do resultado. A análise técnica demonstra que a contratada deverá possuir capacidade para:

- **Gerir Seus Meios:** Realizar integralmente a gestão de seus próprios recursos (pessoal, equipamentos, logística, horários) e dimensionar a força de trabalho necessários para atingir o resultado mensal, sem interferência da Administração.
- **Pronta Resposta:** Garantir a prontidão e a continuidade do serviço, possuindo mecanismos eficazes para resolver falhas, cobrir ausências ou substituições de forma rápida, sem prejuízo para o resultado contratado.
- **Qualidade e Desempenho:** Assumir integralmente a responsabilidade pela qualidade do serviço, sendo o Departamento de Contratos responsável pela fiscalização da Administração e na aplicação de glosas e sanções em caso de não conformidade no resultado final.

A falta de observância dessas exigências representa risco operacional relevante, capaz de comprometer a continuidade da atividade pública e gerar a necessidade de adoção de medidas corretivas ou sancionatórias.

## Condições de Pagamento e Antecipação

Certifica-se que NÃO HAVERÁ PAGAMENTO ANTECIPADO para esta contratação, conforme a regra geral estabelecida no Art. 145 da Lei nº 14.133/2021. O pagamento será efetuado exclusivamente após a execução e o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização.

#### 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO





A contratação será realizada mediante ITEM ÚNICO, englobando todos os Serviços-Mês dimensionados no Tópico 4. Em estrita observância ao Art. 40, V, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo não parcelamento fundamenta-se nas seguintes razões:

- **Justificativa Técnica (Unidade de Execução e Responsabilidade):** As funções envolvidas no serviço de Home Care pressupõe serviços de assistência integrada. O parcelamento fragmentaria a responsabilidade pela continuidade do serviço, criando "áreas cinzentas" de competência onde falhas de um fornecedor poderiam ser atribuídas a outro. O não parcelamento garante a **unicidade da responsabilidade técnica** e da garantia, assegurando que o padrão de qualidade na assistência prestada ao paciente.
- **Justificativa Econômica (Economia de Escala e Custos de Fiscalização):** A análise de viabilidade demonstrou que o não parcelamento gera maior economia de escala devido à diluição dos custos fixos operacionais do fornecedor (como supervisão, uniformes e deslocamentos). Do ponto de vista da Administração, o parcelamento seria antieconômico, pois elevaria drasticamente o **custo administrativo de fiscalização** e gestão de múltiplos contratos simultâneos para um mesmo objeto continuado, exigindo uma estrutura de controle que o Município não possui disponível sem prejuízo à eficiência.
- **Segurança na Continuidade do Serviço:** O não parcelamento, neste caso, reduz o risco de descontinuidade administrativa. Em serviços essenciais e repetitivos, ter um interlocutor único facilita a correção imediata de rumos e a aplicação de sanções, se necessário, sem a complexidade de mediar conflitos entre diferentes contratadas.

## 9. CRITÉRIOS DE PARTICIPAÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

### Garantia de Participação (Garantia de Proposta)

Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA a prestação de Garantia de Participação (Garantia de Proposta), conforme a faculdade prevista no Art. 58. Esta decisão se justifica pela busca pela ampla competitividade no certame, o que maximiza a chance de obtenção da proposta mais vantajosa (menor preço) e evita a imposição de um ônus operacional e financeiro desnecessário aos licitantes.

## Exigência de Prova de Conceito





Para esta contratação NÃO SERÁ EXIGIDA PROVA DE CONCEITO, uma vez que a Qualificação Técnica exigida do licitante e as especificações de resultado que constarão no Termo de Referência (TR) já são suficientes para garantir a capacidade de execução do serviço.

## Qualificação Técnico-Profissional

Será exigida a comprovação de que a empresa disponibilizará Responsável Técnico com qualificação e registro profissional no COREN-SP. Esta medida assegura que a execução contínua seja supervisionada por profissional habilitado, garantindo o cumprimento das normas técnicas do Ministério da Saúde e a segurança operacional dos serviços prestados ao Município.

### Exigência de Análise por Equipe Técnica Especializada

Para esta contratação de serviço por resultado NÃO SERÁ EXIGIDA A ANÁLISE PRÉVIA DA PROPOSTA POR EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA na sessão pública, pois os padrões de desempenho e qualidade são amplamente conhecidos (serviço comum), e a sua conformidade pode ser verificada pelo Agente de Contratação/Pregoeiro com base nas especificações usuais de mercado e no Termo de Referência.

## 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente Contratação de Serviços Contínuos (sem dedicação exclusiva de mão de obra) está alinhada aos objetivos estratégicos da Prefeitura Municipal de Fernandópolis e busca alcançar resultados diretos e indiretos voltados à qualidade da execução, eficiência da Administração e otimização de custos.

### Benefícios em Termos de Economicidade e Eficiência

A principal otimização identificada na adoção da modalidade Sem Dedicção Exclusiva reside na máxima transferência da responsabilidade operacional e na liberação total do foco administrativo da Administração Municipal, concentrando-o apenas na fiscalização do resultado.

- **Transferência de Risco:** Todo o ônus relacionado ao gerenciamento dos recursos (mão de obra, equipamentos e logística) é integralmente transferido à contratada, que possui liberdade para dimensioná-los da forma mais eficiente para atingir o resultado.







- **Foco Administrativo:** A Administração concentra sua atuação na fiscalização do resultado final, e não na gestão de pessoal e nos controles burocráticos, o que simplifica a gestão do contrato.
- **Competitividade e Custo:** O valor contratado é o preço de mercado para a execução completa do Serviço-Mês, incentivando a Contratada a buscar a máxima eficiência e inovação em seus processos internos para oferecer o preço mais vantajoso, gerando economicidade para o erário.
- **Liberação de Servidores:** A contratação libera os servidores públicos para que se dediquem exclusivamente às atividades finalísticas da Administração, favorecendo a especialização e a otimização dos recursos humanos internos.

## 11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As providências abaixo serão adotadas pela Administração Municipal de Fernandópolis durante a fase de planejamento e antes da celebração do contrato.

## Designação e Acesso do Gestor e Fiscal do Contrato

Durante a fase de planejamento, o processo será formalizado e instruído para a designação do Gestor e do(s) Fiscal(is) do Contrato.

A designação ocorrerá ainda durante a fase de planejamento, antes da finalização do Termo de Referência (TR), assegurando que os servidores responsáveis tenham acesso integral ao ETP com antecedência para uma fiscalização mais eficiente.

## Capacitação e Orientação para Fiscalização e Gestão Contratual

O Departamento de Contratos, por dispor de estrutura e capacidade técnica internas, será responsável pela orientação e, se necessário, pela capacitação específica dos servidores designados.

## 12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente Contratação de Serviços Contínuos (sem dedicação exclusiva de mão de obra) foi analisada em relação a outros contratos e processos de contratação vigentes na Prefeitura Municipal de Fernandópolis, sendo que o Contrato nº 0168/21 encerra sua vigência em 20/05/2026 sem possibilidade legal de prorrogação.

## Verificação de Interdependência





Não foram identificadas contratações simultâneas ou anteriores que possuam interdependência direta com o objeto desta licitação, cuja falta comprometeria a funcionalidade e a continuidade do resultado do serviço contratado. Portanto, o serviço de home care é autônomo e não depende da conclusão de outro processo licitatório ou da entrega de materiais/insumos por terceiros para que possa ser iniciado de forma imediata e eficaz.

## Análise de Correlacionamento e Não Fracionamento

A análise de contratações correlatas visa assegurar que não haja fracionamento indevido de despesa e que a economia de escala seja aproveitada.

- **Parcelamento x Fracionamento:** A decisão de licitar em item único (conforme Tópico 8) foi tomada considerando a totalidade da demanda de Serviço-Mês e o mercado fornecedor, sem configurar fracionamento ilegal do objeto.
- **Contratos Correlatos:** Embora o serviço possa ser correlato a outros serviços de apoio, este ETP não abrange esses serviços, pois o Contratado por Resultado (Serviço-Mês) será integralmente responsável pela alocação de todos os meios necessários (pessoal, equipamentos) para a execução do resultado contratado. A exclusão de itens correlatos se justifica pela ausência de dependência técnica direta para a execução da atividade fim.

## 13 - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A presente contratação de Serviços Contínuos (sem dedicação exclusiva de mão de obra) visa incorporar critérios de sustentabilidade e mitigar os possíveis impactos ambientais decorrentes da sua execução, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Com efeito, a prestação dos serviços de *home care* gera impactos ambientais moderados, concentrados na produção de resíduos de saúde e no deslocamento de pessoal. Para mitigá-los, a contratada deverá observar:

- **Gerenciamento de Resíduos (RSS):** Realizar a segregação, acondicionamento e coleta de resíduos infectantes e perfurocortantes no domicílio, vedando expressamente o descarte no lixo comum ou rede de esgoto.
- **Logística Reversa:** Garantir a destinação final adequada de medicamentos e materiais técnicos utilizados, sob responsabilidade técnica da empresa.



- **Consumo Consciente:** Adotar protocolos de uso racional de insumos descartáveis para evitar o desperdício.
- **Eficiência Logística:** Otimizar as rotas de deslocamento das equipes para reduzir a emissão de gases poluentes e o consumo de combustíveis.

## 14. ANÁLISE DE RISCO

Abaixo, identificam-se os principais riscos que podem comprometer a continuidade e qualidade dos serviços, bem como as medidas para mitigá-los:

1. Risco de Queda na Qualidade ou Desatualização: A prestadora reduzir o padrão técnico ou não atualizar a solução/serviço ao longo da vigência.

- Ação Preventiva: Definição clara de níveis de serviço (SLA) no Termo de Referência e fiscalização periódica pelo Gestor do Contrato.

2. Risco de Falta de Dotação Orçamentária: O serviço não possuir reserva financeira para as renovações por não estar previsto no Plano de Contratação Anual.

- Ação Preventiva: O setor demandante deve garantir o alinhamento com as Secretarias de Fazenda e Planejamento para assegurar a dotação em cada exercício financeiro.

3. Risco de Interrupção por Falha da Contratada: Abandono do contrato ou incapacidade técnica de manter o serviço continuado.

- Ação Preventiva: Exigência de qualificação técnica robusta no certame e monitoramento constante da saúde financeira/operacional da empresa.

4. Risco de Preço Inexequível no Lance: A empresa ofertar um valor muito baixo que impeça a manutenção do serviço a longo prazo.

- Ação Preventiva: Análise rigorosa da composição de custos e das planilhas de preços durante a fase de lances do Pregão.

5. Risco de Morosidade na Instrução da Renovação: Atraso no processo administrativo para prorrogar o contrato, gerando solução de continuidade.

- Ação Preventiva: Planejamento antecipado (mínimo 120 dias antes do vencimento) para decidir pela prorrogação ou nova licitação.



## 15. CONCLUSÃO

Após a análise detalhada da necessidade, dos requisitos, das alternativas de mercado e da viabilidade legal, conclui-se que a Contratação de Serviço Contínuo de Home Care é a solução mais adequada para atender à necessidade pública e cumprimento de decisão judicial.

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra que:

1. **A necessidade está claramente definida** (Tópico 1) e alinhada ao planejamento estratégico do Município de Fernandópolis (Tópico 2).
2. **O objeto é um serviço comum**, com foco no resultado final e com especificações padronizadas (Tópico 3), garantindo a ampla competitividade do certame.
3. **A Contratação de Serviço Sem Dedicção Exclusiva** (Alternativa 2) é a opção mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, com o mercado fornecedor sendo plenamente competitivo (Tópico 5).
4. **As quantidades foram estimadas** com base na unidade de Serviço-Mês e em técnica adequada (Tópico 4), e o valor está devidamente justificado por pesquisa de preços de mercado (Tópico 6), buscando a economicidade.
5. **A Solução foi descrita em sua totalidade** (Tópico 7), contemplando a gestão da continuidade operacional e as exigências de qualidade do serviço por resultado.
6. **As justificativas para a contratação mediante Item único foram apresentadas** (Tópico 8), visando a ampliação da competitividade ou a unicidade de responsabilidade.
7. **Os Requisitos de Habilitação foram definidos** de forma autônoma (Tópico 9), garantindo a correta triagem dos licitantes sem confundir-se com as obrigações contratuais.
8. **Os resultados pretendidos** (Tópico 10) **demonstram a eficácia** na transferência da responsabilidade operacional e na obtenção do desempenho esperado com a contratação.
9. **As Providências Prévias** (Tópico 11) **foram definidas**, incluindo a designação do Gestor e Fiscal na fase de planejamento e o treinamento para fiscalização.
10. **A contratação não possui interdependência** que comprometa sua execução (Tópico 12).





**11. Foram observadas as regras de sustentabilidade** e medidas mitigadoras de impactos ambientais (Tópico 13).

**12. A Análise de Risco** (Tópico 14) demonstra que a Administração mapeou os pontos críticos de continuidade e definiu as ações preventivas para evitar a paralisação do serviço público.

Diante do exposto, os elementos apresentados justificam a solução escolhida e atestam a viabilidade técnica, econômica e legal para o prosseguimento da fase interna da contratação, devendo ser elaborado o Termo de Referência com base nos requisitos aqui estabelecidos.

Fernandópolis-SP, 22 de abril de 2026.

**SERGIO TAHARA**

## Equipe de Planejamento



**MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS**

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



**CÓDIGO DE ACESSO**

6841D8D5E1264D7686089DFD79D7590F

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: SERGIO TAHARA em 20/05/2026 08:52:56

CPF:\*\*\*.\*\*\*-018-20

Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/6841D8D5E1264D7686089DFD79D7590F>







TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE FERNANDÓPOLIS

FORO DE FERNANDÓPOLIS

1ª VARA CÍVEL

AV. RAUL GONÇALVES JÚNIOR, 850, Fernandópolis - SP - CEP 15610-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

008	
FLS.	RUBRICA

## SENTENÇA

Processo Digital nº: 1001381-46.2020.8.26.0189  
 Classe - Assunto: Procedimento Comum Cível - Tratamento médico-hospitalar  
 Requerente: Valdecir Petini Livorato e outro  
 Requerido: Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). MARCELO BONAVOLONTA

Vistos.

**VALDECIR PETINI LIVORATO** ajuizou a presente *ação de obrigação de fazer c.c. tutela de urgência* em face da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e **FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS**, todos qualificados nos autos. Alega o autor, em apertada síntese, ser portador de quadro inespecífico e paralisia cerebral e apresenta severo grau de déficit de cognição, com evolução progressiva e irreversível, necessitando de ajuda de terceiros para quase todos os atos rotineiros, desde a hora de levantar-se da cama, até para se higienizar. Asseverou que se encontra com 63 anos de idade e que a curadora e demais integrantes da família, que são seus dependentes, não possuem condição física, psicológica e financeira de realizar o tratamento de maneira adequada, motivo pelo qual necessita de auxílio profissional de enfermagem, no sistema *home care* para prestar serviços 24 horas diárias durante toda semana, por prazo indeterminado. Disse que o *home care* tem um alto custo, constando valores totalmente impossíveis de o requerente arcar. Requereu a concessão de tutela pretendida para o fim de obrigar os demandados a oferecerem o serviço de *home care* 24 horas em turnos ininterruptos, todos os dias da semana, por prazo indeterminado, e ao final, a procedência da ação. Pugna pela benesse da justiça gratuita. Deu à causa o valor de R\$ 15.000,00. A inicial veio instruída com documentos (fls. 17/112).

O benefício da justiça gratuita e a tutela pretendida foram deferidas, concedendo o prazo de 10 dias úteis para cumprimento, sob pena de multa diária fixada no valor de R\$ 2.500,00, até o limite de 50.000,00 (fls. 125/126).

Citada (fls. 137/138), a FESP apresentou contestação (fls. 143/158), arguindo preliminar de falta de interesse de agir pela falta de necessidade, ou seja, existência de serviço de *home care* prestado no âmbito municipal e financiado pelo SUS com recursos do Ministério da Saúde. No mérito, aduz que o Poder Público não ostenta a capacidade de satisfazer todas as necessidades da coletividade de forma ilimitada, seja na área da saúde ou em qualquer outro segmento, pois os recursos do Estado são limitados, não apenas de ordem financeira, mas também de ordem pessoal, humana. Asseverou que em virtude da limitação de atuação do Poder Público, há necessidade de observância das normas legais e não a simples determinação aleatória para prática de um ato específico, sobretudo em razão do art. 196 da Constituição Federal não garantir o acesso personalizado e privado à saúde. Pugnou pela improcedência da ação.

Houve réplica (fls. 161/184).




**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE FERNANDÓPOLIS**
**FORO DE FERNANDÓPOLIS**
**1ª VARA CÍVEL**
**AV. RAUL GONÇALVES JÚNIOR, 850, Fernandópolis - SP - CEP 15610-000**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

009	
FLS.	RUBRICA

Citada (fl. 188), a Fazenda Pública municipal ofertou contestação (fls. 189/195) sustentando a ilegitimidade passiva *ad causam*. No mérito, reproduziu os argumentos aduzidos pela Fazenda Pública Estadual. Requereu a improcedência da ação.

Houve réplica (fls. 199/223).

**É o relatório.**
**Fundamento e decido.**

O feito comporta o julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, porquanto a análise das alegações e dos documentos coligidos é suficiente para resolução das questões fáticas. Neste sentido, confira-se: *“Em matéria de julgamento antecipado da lide, predomina a prudente discricção do magistrado, no exame da necessidade ou não da realização de prova em audiência, ante as circunstâncias de cada caso concreto e a necessidade de não ofender o princípio basilar do pleno contraditório”* (STJ-4ª Turma, REsp 3.047-ES, rel. Min. Athos Carneiro).

Inicialmente, não há se falar em ilegitimidade passiva do ente municipal, visto que é dever dos entes federados, de forma solidária, cuidar da saúde e da assistência pública, conforme deflui da análise do art. 196 em consonância com o art. 198 da Constituição Federal, que atribuíram papel relevante aos Estados nessa tarefa, outorgando-lhes competência comum para, juntamente com a União e o Município, preservarem a saúde pública e proteger os portadores de enfermidades graves, por meio da descentralização do sistema de saúde.

Interesse de agir, por sua vez, constitui-se pelo *“binômio, necessidade e adequação. Para que se tenha interesse é preciso que o provimento jurisdicional seja útil a quem o postula”* (in Novo curso de direito processual civil, volume 1: teoria geral e processo de conhecimento (1ª parte). 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2010).

Por necessidade entende-se a indispensabilidade para que o sujeito obtenha o bem desejado. *“Se o puder sem recorrer ao Judiciário, não terá interesse de agir.”* Já a adequação, de outro viso, *“refere-se à escolha do meio processual pertinente, que produza um resultado útil. (...) A escolha inadequada da via processual torna inútil o provimento e enseja a extinção do processo sem resolução do mérito”* (ob. citada).

Na hipótese dos autos, de todo evidente que a parte autora possui interesse de agir, na modalidade necessidade, ao ajuizar a presente demanda. Isto porque, a seu ver, sofreu prejuízos de ordem material e moral, conforme a narrativa exordial. Se procede ou não sua pretensão, todavia, é algo a ser dirimido no mérito da lide, não ensejando o julgamento precoce da causa.

No mérito, a ação é **parcialmente procedente**.

Vale-se o autor da presente ação de obrigação de fazer para compelir a Fazenda Pública do Estado de São Paulo e o Município de Fernandópolis a lhe fornecer tratamento *home care*, visto que fora acometido portador de quadro inespecífico e paralisia cerebral, com evolução progressiva e irreversível, necessitando de tratamento médico e ajuda de terceiros para





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE FERNANDÓPOLIS**  
**FORO DE FERNANDÓPOLIS**  
**1ª VARA CÍVEL**

AV. RAUL GONÇALVES JÚNIOR, 850, Fernandópolis - SP - CEP 15610-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

010	
FLS.	RUBRICA

quase todos os atos rotineiros.

Alega que o fornecimento do tratamento solicitado visa a melhor condição de vida do postulante, de forma que se vale do disposto no art. 196, da Constituição Federal, sob o argumento de que não tem condições financeiras para custear, por si próprio, o tratamento de saúde.

Trata a hipótese de paciente que justifica, com os documentos que instruíram a inicial e mediante laudo médico, que o quadro de saúde do paciente é grave, sendo pessoa idosa, com impossibilidade de deambulação e desprovida de assistência familiar.

Merece credibilidade as afirmações do autor no sentido de que os integrantes da família e a curadora não possuem condições físicas e psicológicas de lhe fornecer a assistência necessária, considerando seu estado de saúde.

Segundo os laudos médicos de fls. 31/100, o reclamante é *"portador de limitações físicas para qualquer atividade de vida diária, necessitando de auxílio de terceiros em período integral para funções básicas como alimentação e higiene"*. Ressaltou o médico que o paciente padece de seqüela física e mental devido hipóxia perinatal, resultando em déficit intelectual grave e atraso no neurodesenvolvimento.

Com relação à necessidade de ajuda permanente, atestou o médico às fls. 38/39 que o autor é totalmente dependente de familiares para a realização de suas necessidades fisiológicas básicas e que necessita de cuidados suplementares para garantia de seu estado de saúde já degradado.

Quanto à insuficiência de recursos para custear o tratamento, além de militar a favor do autor a presunção de sua hipossuficiência econômica, os requeridos não demonstraram, nas oportunidades processuais que tiveram, que a parte autora possuísse condições de arcar com o tratamento que lhe foi prescrito e lhe é indispensável à sobrevivência.

Assim, comprovada está sua hipossuficiência.

De outro lado, os argumentos alinhavados pelos réus não têm, em parte, realmente o condão de afastar a pretensão jurídica formulada pelo autor.

Desassistir quem não reúne condições de, por si próprio, manter-se pelos seus próprios meios para preservar a saúde, torna-se evidentemente injusto, ilegal e, sobretudo, desumano, porque em última análise se relega a paciente à própria sorte, omitindo-se de obrigação que é sua e da qual não pode eximir-se.

Se a saúde é direito indeclinável de todos, cabe ao Poder Público não só desenvolver ações tendentes a regulamentar, fiscalizar e controlar tal área de atuação, que lhe é reservada com supremacia, mas principalmente agir diretamente ou por terceiros no sentido de garantir com políticas sociais e econômicas os meios necessários à proteção e a recuperação daqueles que necessitam de tão relevantes serviços.

Nesse sentido, o comando contido no art. 196, da Constituição Federal, é de





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE FERNANDÓPOLIS  
FORO DE FERNANDÓPOLIS  
1ª VARA CÍVEL

FLS.	RUBRICA
------	---------

AV. RAUL GONÇALVES JÚNIOR, 850, Fernandopolis - SP - CEP  
15610-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

clareza tão cristalina que o âmbito de atuação e dever do Estado, *lato sensu*, aí não comportam nenhuma dúvida.

Segundo estabelecido pelo constituinte naquele preceito com todas as letras:  
"Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Logo, se a saúde é direito fundamental de todos, cabe indiscutivelmente ao Estado prover as condições imprescindíveis ao exercício desse direito.

E estando em jogo não só a saúde, que é direito indeclinável, mas principalmente a vida, que muito mais o é, torna-se de nenhuma plausibilidade e até mesmo ilícito exculpar-se a impetrada invocando dificuldades ou exigindo formalismos de caráter fático duvidoso para não atender ao legítimo reclamo da parte autora.

Não pode simplesmente, para furtar-se à assistência, invocar a discricionariedade de que dispõe a Administração Pública, pois, se tem o dever de gerir a totalidade da coisa pública como afirma, não se pode deixar de reconhecer que dentre as diretrizes e prioridades governamentais se insere também, e até com especial destaque, a saúde, setor, a propósito, que muitas vezes tem sido bastante relegado, na medida em que, não raro, em assunto de tamanha relevância, muitas vezes os mais carentes não têm recebido o devido amparo estatal.

E se aí legítimo é o direito da parte autora em receber a assistência que busca ver tutelada, aqui porque compete ao Poder Público não só a fiscalização, mas também o controle e execução das medidas necessárias ao fiel cumprimento do mandamento constitucional, deve desenvolver políticas próprias nesse sentido com vistas à proteção e recuperação dos enfermos nas ações e serviços integrados de seus órgãos que existem para esse fim. Impróprio, desse modo, é dizer que haveria indevida ingerência quanto à administração do erário público pelo Judiciário, acenando com violação do princípio da tripartição e independência dos poderes.

O imperativo decorre da Constituição Federal, portanto, a separação de poderes é matéria que não tem incidência no caso, razão por que é descabido omitir-se, pois o administrador público está jungido aos princípios e ditames do preceito insculpido em seu art. 37.

Falta de recursos materiais ou dificuldades outras, da mesma forma, quando invocadas, não teriam o condão de erigir-se em motivo suficiente para exculpá-la da obrigação, pois em casos urgentes até mesmo a Administração está dispensada de procedimento licitatório (art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 com a redação dada pela Lei nº 8.883/94), admitido ainda que tem de dispor na dotação orçamentária de recursos para serem destinados às situações emergenciais, restando, assim, prejudicadas também as demais alegações que acerca de tal procedimento faz posto que inconsistentes.

Se a saúde é direito fundamental de todos, cabe aos órgãos públicos, pois, proverem as condições imprescindíveis ao exercício desse direito, eis que não é mesmo lícito invocar dificuldades ou estabelecer formalismos para subtrair-se dos imperativos constitucionais.

A parte contrária não pode prescindir do recebimento frequente do





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE FERNANDÓPOLIS**  
**FORO DE FERNANDÓPOLIS**

**1ª VARA CÍVEL**

**AV. RAUL GONÇALVES JÚNIOR, 850, Fernandópolis - SP - CEP 15610-000**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

012	
FLS.	RUBRICA

tratamento prescrito para que tenha resposta adequada ao combate de seu mal, como é autorizado inferir pelo documento que instruiu a inicial, o que forma conjunto coeso e harmônico quanto à prova constitutiva do direito invocado.

Frise-se, ainda, que a manutenção do tratamento solicitado é medida que se destina precipuamente a assegurar a saúde e a vida do paciente, o que seria evidentemente relegado, pondo-se em risco ambas, caso, por absurdo, se fosse dar razão aos argumentos alinhavados pela Fazenda Pública do Estado e pelo Município.

Resulta daí, então, que as Secretarias Estadual e Municipal da Saúde, em não fornecendo o tratamento, ou omitindo-se em fazê-lo, com uma ou outra conduta causam indiscutível e permanente lesão jurídica a direito subjetivo da parte autora, circunstâncias que recomendam a proteção invocada.

Destarte, demonstrados estão nos autos todos os requisitos que impõem o acolhimento parcial da pretensão da parte autora, vale dizer, o preciso diagnóstico da qual foi acometida, a hipossuficiência da parte autora, não podendo esta arcar com os custos do tratamento que lhe é possível e indispensável.

No entanto, cumpre ressaltar que, da leitura atenta da Resolução n. 11 de 2006 da ANVISA, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar, é possível constatar que o Estado não fornece o serviço de cuidador, mas apenas atenção domiciliar, conceitos estes que não se confundem, como explicitado pela resolução em questão.

Ademais, não parece razoável exigir que o Estado coloque à disposição do autor profissional todos os dias para cuidar exclusivamente de um só paciente, em prejuízo dos demais cidadãos que necessitam da rede pública de saúde.

Nesse sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

*“Apelação cível. Cuidados diários. 24 horas. Encefalopatia Hipônica Isquêmica. Paciente acamada. Higiene, mudanças de posição e controle de dieta enteral. Não obstante possua a apelante delicada condição de saúde e necessite dos cuidados mencionados no pedido, tem-se que estes apresentam feição mais ligada à tarefa e ao atuar de cuidadores do que, propriamente, de profissional especializado ligado à área da enfermagem. A esse propósito vale observar que este colegiado em reiteradas decisões têm assentado que a responsabilidade acerca da promoção da saúde constitui dever inafastável dos poderes públicos, que também abarca as municipalidades, sob pena de ser limitado o alcance de preceitos de índole constitucional que demandam ampla e plena efetividade, tais como, a promoção da saúde. Entretanto, o deferimento do pleito deduzido pela autora, como bem observado e asseverado pelo juízo recorrido estaria a beneficiar, de forma indevida, particular em detrimento da coletividade, visto que contaria a autora com serviço de cuidados domésticos dia e noite, sendo lhe dispensada a atenção de profissional especializado e concursado da prefeitura que deixaria, desta feita, de atender a um número indeterminado de pacientes em unidades de saúde pública do município, o que revela a antijuridicidade do direito postulado na exordial. Dentro dessa perspectiva, e sob este enfoque, não se vislumbra a presença de elementos que autorizem o acolhimento das pretensões recursais. Recurso ao qual não se dá*





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE FERNANDÓPOLIS**  
**FORO DE FERNANDÓPOLIS**  
**1ª VARA CÍVEL**

013	
FLS.	RUBRICA

AV. RAUL GONÇALVES JÚNIOR, 850, Fernandópolis - SP - CEP 15610-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

provimento.” (TJSP. 3ª Câmara de Direito Público. Apelação n. 0005124-91.2013.8.26.0071. Rel. Dr. Ronaldo Andrade. J. 12.08.2014).

Ainda:

“**APELAÇÃO. Ação de obrigação de fazer. Suficiência das provas já produzidas, para o convencimento, a indicar a desnecessidade da prova pericial. Inocorrência de cerceamento de defesa. Pessoa hipossuficiente, idosa e portadora de “Osteoporose e Osteoartrose.” Necessidade, a rigor, de acompanhante ou cuidador, que não se confunde com serviços de Home Care, de feição médica ou técnica da área de saúde (v.g. enfermagem), correlata à patologia. Sentença de improcedência da demanda confirmada. RECURSO NÃO PROVIDO.**” (TJSP. 1ª Câmara de Direito Público. Apelação n. 0001050-68.2015.8.26.0541. Rel. Des. Vicente de Abreu Amadei. J. 20.10.2015).

Em que pese o reconhecimento da difícil situação em que se encontra, e da severa inconveniência para os familiares, o benefício pleiteado na inicial de home care 24 horas de enfermeiros, ultrapassa a extensão do direito invocado, e da obrigação estatal, não sendo razoável a concessão do serviço na extensão pretendida, de modo a obrigar o poder público a colocar diversos profissionais (ao menos três, em turnos de 8 horas) a serviço exclusivo de um único paciente, que pode ter a companhia suficiente e adequada de seus familiares em parte do dia, em detrimento das constantes necessidades do restante do sistema, notoriamente carente de profissionais.

A esse respeito, farta é a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, como se pode observar dos julgados abaixo:

“**Obrigação de Fazer. Prestação de EDUCAÇÃO ESPECIALIZADA, com TERAPIAS MULTIDISCIPLINARES, em período integral, para portador de Paralisia Cerebral. Admissibilidade. Direito fundamental à saúde e à educação, assegurado pela Constituição Federal - Sentença de improcedência reformada - Recurso provido**”. (TJSP; Apelação 0305283-19.2009.8.26.0000; Relator (a): Peiretti de Godoy; Órgão Julgador: 13ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 14.VARA; Data do Julgamento: 14/04/2010; Data de Registro: 22/04/2010)

“**APELAÇÃO CÍVEL Disponibilização de tratamento de hidroterapia, isioterapia motora/respiratória, terapia ocupacional, psicologia, nutricionista, cardiologia e transporte para o deslocamento nos dias de tratamento Possibilidade - Priorização do direito à saúde Dever do Estado que se constata de plano, em face do que dispõe o art. 196 da Constituição Federal A responsabilidade na escolha do tratamento adequado ao paciente é única e exclusivamente do médico que o acompanha Disponibilização de assistência domiciliar(HOME CARE) Impossibilidade A prestação de serviço médico domiciliar em tempo integral, com a disponibilização de profissionais para atender exclusivamente a um único paciente, em detrimento aos demais cidadãos, que também reclamam atendimento de saúde, esvazia a aplicação do princípio da eficiência Sentença de parcial procedência mantida Recursos desprovidos.**” (TJSP; Apelação 1004894-20.2015.8.26.0602; Relator (a): Moreira de Carvalho; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Público; Foro de Sorocaba - Vara da Fazenda Pública; Data do Julgamento: 09/03/2017; Data de Registro: 09/03/2017).





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE FERNANDÓPOLIS

FORO DE FERNANDÓPOLIS

1ª VARA CÍVEL

AV. RAUL GONÇALVES JÚNIOR, 850, Fernandópolis - SP - CEP 15610-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

014	
FLS.	RUBRICA

Assim, merece acolhida parcial o pedido para fornecimento de tratamento *home care*, através de serviço de enfermagem, 8 horas diárias, pelo tempo que se fizer necessário o tratamento.

Anoto, por fim, que não restou comprovado que o autor necessita de atendimento de fonoaudiólogo, psicólogo e nutricionista, tendo em vista que ambos os laudos (médico e psicológico) apenas indicam a indispensabilidade de acompanhamento, via *home care*, por profissional de enfermagem.

E, quanto ao mais *não está o juiz obrigado a responder a todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um os seus argumentos (RJTJESP 115/207)*. Ainda: embargos de declaração do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo nº. 239.120-1 e 241.607-2. E, no mesmo sentido, afirmou o Desembargador Ivan Sartori ao relatar a Apelação nº 17.942-4/2, junto à 5ª Câmara de Direito Privado, *que o magistrado não está obrigado a abordar todas as questões levantadas pelas partes, quando já encontrou motivo suficiente ao desfecho que vem proclamar*.

Ante o exposto, e considerando o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação movida para **confirmar** a tutela deferida na decisão de fls. 125/126 e **condenar** solidariamente as rés na obrigação de fazer consistente em: **a) custear e fornecimento dos serviços *home care* à parte requerente, na modalidade de enfermagem 8 horas por dia, com a disponibilização de materiais, equipamentos, medicamentos e profissionais necessários à concretização da medida, pelo período necessário, segundo indicações e prescrições médicas constantes da inicial**. Por consequência, **julgo extinto** o feito, com resolução o mérito, nos moldes do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

O autor deverá apresentar, trimestralmente, prescrição médica atualizada, a fim de demonstrar a continuidade do tratamento clínico.

Sucumbente, arcará as partes requeridas com o pagamento dos honorários advocatícios do Patrono da parte autora, que arbitro 10% sobre o valor da causa, observando-se o grau de zelo do patrono da requerente e a pouca complexidade da demanda, julgada de forma antecipada (art.85, § 8º, do CPC). Sem custas e despesas processuais.

Havendo interposição de recurso de apelação, intime-se a parte contrária para contrarrazões e, na sequência, remetam-se os autos ao E. TJSP.

Após o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquivem-se os autos com as formalidades legais (61615).

P.I.

Fernandópolis, 16 de julho de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE FERNANDÓPOLIS**  
**FORO DE FERNANDÓPOLIS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 Av. Raul Gonçalves Júnior, 850 Jardim Santa Rita  
 CEP: 15610-000 - Fernandópolis - SP  
 Telefone: (17) 3442-4088 - E-mail: fernand1cv@tjsp.jus.br



### DESPACHO

Processo nº: **0005532-72.2020.8.26.0189**  
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Tratamento médico-hospitalar**  
 Exequente: **Valdecir Petini Livorato e outro**  
 Executado: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO BONAVOLONTA**

Vistos.

Fls. 172/173, petição da parte autora: Defiro, expeça-se MLE em favor do procurador jurídico, consoante as informações de fls. 162/164.

Por outro lado, intem-se as rés FESP e FND, via portal, por seus procuradores, para que cumpram o v. Julgado (fls. 742/752 da ação de conhecimento) consistente na obrigação de fazer, prazo de quinze dias, sob pena de imposição de multa diária.

Diligencie e intem-se.

Fernandópolis, 17 de março de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA





**ESF - PAULISTA "ANTONIO PIVATO"**

AV. BELO HORIZONTE, 629 - JARDIM PAULISTA

FERNANDÓPOLIS-SP CEP: 15600000

CNPJ: 47.842.836/0001-05 Fone: 01734627019



**ATESTADO**

**Data:** 15/04/2026

**Nome do Paciente:** VALDECIR PETINI LIVORATO

**CPF:** 213.544.828-16

**CNS:** 702003324466084

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE SUPRACITADO, PASSOU A SER ACOMPANHADO POR MIM E PELA EUQUIPE DESTA UNIDADE RECENTEMENTE. EM REALIZAÇÃO DE VISITA DOMICILIAR EM 19/03/2026 PUDE CONHECER A HISTORIA DO MESMO. SE TRATA DE PACIENTE ACAMADO E DOMICILIADO DEVIDO PATOLOGIA GENETICA DESCONHECIDA ONDE O MESMO APRESENTA ALTERAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR. O MESMO NECESSITA DE AUXILIO DE TERCEIROS PARA REALIZAR TODAS AS ATIVIDADES DE VIDA DIARIAS, BEM COMO ASSISTENCIA FISIOTERAPICA MOTORA. SEM MAIS PARA O MOMENTO,  
ATT

CID: Z00.0

  
Dra. Izabella B. Garcia Gomes  
Médica Pós-graduada em  
Endocrinologia e Metabolismo  
CRM 138682

Assinatura do Paciente

IZABELLA BORGES GARCIA GOMES  
CRM 138682



## APÊNDICE I - FORMALIZAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

### I – DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de Empresa prestadora de serviços em *Home Care* em cumprimento de decisão judicial.

### II – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

2.1. Para a obtenção do valor estimado da contratação (cesta de preços), foram utilizados os parâmetros previstos no Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. As fontes utilizadas e sua correspondência legal são:

- Inciso I e Inciso IV – Composição de custos no Painel de Preços do Governo Federal e Pesquisa direta junto a fornecedores do ramo.

2.3. O detalhamento do procedimento de consulta em cada fonte foi realizado em estrita observância aos requisitos específicos da Lei 14.133/2021:

- Sistemas Oficiais (Art. 23, I): A pesquisa foi realizada em SISTEMA: Compras.gov.br, observando a preferência por contratações em execução ou concluídas há menos de 1 (um) ano.
- Pesquisa Direta com Fornecedores (Art. 23, IV): Foi realizada pesquisa formal junto a um fornecedor, cuja resposta formal atende o rol de informações mínimas.

### III – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS E ANÁLISE CRÍTICA

3.1. A série de preços brutos analisados encontra-se detalhada na Tabela de Coleta de Preços anexa.

3.2. Os preços coletados foram analisados de forma crítica. O conjunto de preços analisados é composto por 06 preços válidos, obtidos através da combinação dos parâmetros indicados no item II.

3.3. **Justificativa para Desconsideração de Valores:**

- Foram desconsideradas as amostras de preço que apresentavam, previamente ao cálculo, valores entendidos como inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

## **IV – METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO VALOR ESTIMADO**

4.1. Método Matemático Aplicado: O valor estimado da contratação foi obtido a partir de pesquisa de preços realizada em conformidade com a legislação vigente, observando-se as boas práticas de formação de preços na Administração Pública, com base em dados de mercado atualizados e metodologias estatísticas adequadas à natureza do objeto.

A análise dos preços coletados considerou não apenas os valores absolutos, mas também o comportamento estatístico das amostras, especialmente no que se refere à dispersão dos dados, por meio do coeficiente de variação e demais indicadores constantes da memória de cálculo.

Para o Item (Serviço Contínuo), adotou-se a mediana como medida de referência, tendo em vista a maior dispersão dos preços coletados, evidenciada por coeficiente de variação elevado. Nessa situação, a mediana mostra-se mais adequada por reduzir a influência de valores extremos, proporcionando estimativa mais representativa do comportamento central do mercado e maior segurança na definição do valor estimado.

A adoção de metodologias distintas para cada item decorre de análise técnica fundamentada na dispersão dos dados e na adequação da medida estatística ao comportamento dos preços coletados, conforme demonstrado na memória de cálculo da pesquisa de preços.

Dessa forma, a metodologia aplicada assegura que o valor estimado reflita, de maneira fidedigna e razoável, os preços praticados no mercado, promovendo a economicidade, a transparência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

4.2. Conjunto Mínimo de Preços: O cálculo incidiu sobre um conjunto de 06 preços válidos, atendendo o requisito de três ou mais preços.

4.3. Memória de Cálculo: A memória de cálculo completa, incluindo os valores brutos, desconsiderados e a aplicação do método matemático escolhido, encontra-se detalhada no Anexo de Memória de Cálculo.

## **V – JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES**

5.1. A pesquisa direta de preços foi realizada junto a fornecedores do ramo com o objetivo de complementar as informações obtidas em bases públicas, garantindo maior

aderência aos valores praticados no mercado para soluções com características técnicas específicas.

Tal procedimento mostrou-se necessário em razão da natureza do objeto, que envolve serviços de home care, com particularidades operacionais que nem sempre são integralmente capturadas em contratações públicas disponíveis em bancos de dados oficiais.

Dessa forma, a consulta direta permitiu a obtenção de parâmetros mais atualizados e compatíveis com a realidade do mercado, contribuindo para a formação de estimativa de preço mais fidedigna, segura e aderente às necessidades da Administração.

Registra-se que a pesquisa de preços não se limitou à consulta direta, tendo sido complementada por dados obtidos em contratações públicas e outras fontes oficiais, garantindo maior robustez, confiabilidade e representatividade à estimativa realizada.

5.2. A escolha dos fornecedores para a realização de pesquisa direta de preços justifica-se por atuarem no segmento de prestação de serviços de home care compatíveis com o objeto da contratação.

Ressalta-se que a consulta teve caráter exclusivamente estimativo, não implicando qualquer tipo de vínculo, direcionamento ou favorecimento, tendo sido utilizada apenas como uma das fontes para composição do valor estimado, em conjunto com outras referências de mercado, conforme demonstrado na pesquisa de preços.

A seleção do fornecedor considerou critérios objetivos, tais como a atuação no ramo pertinente, a compatibilidade técnica com o objeto da contratação, a experiência na disponibilização de soluções similares e a disponibilidade para apresentação de proposta no prazo necessário à instrução do processo.

Dessa forma, a escolha do fornecedor observou critérios de razoabilidade e pertinência técnica, não configurando restrição à competitividade, mas sim medida necessária à adequada formação do valor estimado da contratação.

## **VI – CONCLUSÃO E VALOR ESTIMADO**

6.1. O valor estimado para a Contratação de Empresa prestadora de serviços em *Home Care* em cumprimento de decisão judicial, apurado a partir da metodologia descrita e dos preços coletados e validados, é de:

**R\$ 139.560,00 (Cento e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta reais)**





6.2. Certificação: O agente responsável atesta, que o valor estimado está compatível com o mercado e que as especificações técnicas do bem ou serviço cotado correspondem integralmente ao objeto que se pretende contratar.

6.3. O detalhamento completo da pesquisa de preços, incluindo a Tabela de Coleta de Preços e a Memória de Cálculo, está anexado ao presente processo para fins de transparência e controle.

Fernandópolis-SP, 22 de abril de 2026.

**SERGIO TAHARA**  
**Membro da Equipe de Planejamento da Contratação**



# Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

## Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
195/2026	986411	Concluída	VINICIUS MORANGUEIRA GASPARINI
Título: Pesquisa de preço para serviço de HOME CARE.			
Observações:			
Total de itens cotados: 1		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 139.560,0000	

## Itens cotados

Item: 1

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
12920 - Assistência Médica - Hospitalar / Domiciliar complementar de Saúde / Convênio		UNIDADE	12				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	● Mediana	Coefficiente de Variação: 31,5687%				
R\$ 10.000,0000	R\$ 13.876,6667	R\$ 11.630,0000	Desvio Padrão: 4.380,6874				
			Maior Preço: R\$ 20.000,0000				
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 20.000,0000	24/03/2026	Sim
2	I	ESP-SECRETARIA DA SAUDE - Compras.gov.br	15	UNIDADE	R\$ 11.630,0000	24/03/2026	Sim
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	UNIDADE	R\$ 10.000,0000	23/03/2026	Sim
Legenda:							
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.							
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.							

Relatório emitido em 26/03/2026 14:27

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre  $(X-\mu)^2$ , onde  $\mu$  representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

**OBJETO:** Prestação de serviço de atenção domiciliar - Home Care

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Prestação de serviço de atenção domiciliar (Home Care), em cumprimento à decisão judicial, com disponibilização de <b>profissional de enfermagem (técnico ou auxiliar de enfermagem, com supervisão obrigatória por enfermeiro), por 08 (oito) horas diárias, todos os dias da semana, inclusive feriados, conforme determinação judicial</b>	12920	MÊS	12	R\$ 14754,21	R\$ 177.050,55

### DADOS DA EMPRESA

CNPJ: 56.994.140/0001-87 – HUMANITARIO CARE SERVIÇOS MEDICOS  
HOSPITALARRES DOMICILIARES





ENDEREÇO FÍSICO: RUA JORGE TIBIRIÇA N 3868 – VILA SANTA CRUZ – SÃO  
JOSE DO RIO PRETO – SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO: HUMANITARIOCARE@HUMANITARIOCARE.COM.BR

TELEFONE DE CONTATO: (17) 2180-2800

NOME COMPLETO DO RESPONSÁVEL LEGAL: STEVAN HONORATO FERREIRA  
E SILVA – CPF 311.821.018-44

PRAZO DE VALIDADE DO ORÇAMENTO: 30 DIAS

DATA DA COTAÇÃO: 17/04/2026

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

Stevan Honorato F. e Silva  
Diretor Executivo  
Humanitário Care

56.994.140/0001-87

Humanitário Care Serviços Médicos  
Hospitalares Domiciliares Ltda

Rua Jorge Tibiriça nº 3868  
Vila Santa Cruz - CEP: 15.014-040

São José do Rio Preto SP



DESCRIÇÃO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DOMICILIAR (HOME CARE) PARA ATENDER DETERMINAÇÃO JUDICIAL DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS.

Condição de pagamento: Trinta dias a partir da data de apresentação da fatura.

Fornecedor: Intermed Assistência Médica Domiciliar S/S Ltda EPP

CNPJ: 04.527.631/0001-14

Responsável: Hélio da Silva Lippe

Data de validade do orçamento: 30 dias a partir de data da data de apresentação

Logradouro: Rua Ribeiro de Barros, 2189

Cep: 16200-335 – Birigui/SP – Bosque da Saúde – SP


Fone: (18) 3622-3444 – (18) 99678-9435

Email: [intermedrelacionamento@homecare-ata.com](mailto:intermedrelacionamento@homecare-ata.com)

Item/ Lote	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviço de atenção domiciliar (Home Care), em cumprimento à decisão judicial, com disponibilização de profissional de enfermagem (técnico ou auxiliar de enfermagem, com supervisão obrigatória por enfermeiro), por 08 (oito) horas diárias, todos os dias da semana, inclusive feriados, conforme determinação judicial	MÊS	12	R\$ 687,00	R\$ 255.564,00*

\*Obs: cálculo apresentado considerando mês de 31 dias.

Birigui, 20 de Abril de 2026

  
Dra. Maria Carolina F. Lippe  
Médica  
CRM-SP 168764





COLIBRI ASSISTENCIA DOMICILIAR  
CNPJ 00.407.955/0001-68  
CEL. ( 17 )99643-0832

### ORÇAMENTO HOME CARE

Orçamento referente a cuidados e acompanhamento em residência para auxílio em atividades de vida diária de VALDECIR PETINI LIVORATI pelo período diário das 07:00 as 17:00 em dias ininterruptos.

Solicitado orçamento profissional de Cuidador de idosos.

Valor: R\$ 8.883,60

Qualquer duvidas estou à disposição;

Joan Vitor Rossafa  
ENFERMEIRO  
COREN/SP 181.984

Joan Vitor Rossafa

RESPONSÁVEL TEC.

Clínica felicità

Clinica sênior

HOME CARE COLIBRI



**ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

1.1. Contratação de Empresa prestadora de serviços em *Home Care* para paciente específico do Município de Fernandópolis-SP, em cumprimento de Sentença Judicial, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Prestação de serviço de atenção domiciliar (Home Care), em cumprimento à decisão judicial, com disponibilização de <b>serviços de enfermagem (técnico ou auxiliar de enfermagem), por 08 (oito) horas diárias, todos os dias da semana</b> , inclusive feriados, conforme prescrição médica.	12920	MÊS	12	R\$ 11.630,00	R\$ 139.560,00

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam no Estudo Técnico Preliminar.

### **Classificação do Objeto**

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### **Classificação do Objeto Quanto ao Modelo de Execução**

1.4. O serviço é enquadrado como serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra.

### **Prazo de Vigência**

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. As prorrogações serão formalizadas por termo aditivo, condicionadas à comprovação da vantajosidade da manutenção da contratação e à existência de disponibilidade orçamentária.

1.7. O contrato estabelecerá as demais condições relativas à vigência e à eventual prorrogação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO NA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A necessidade desta contratação origina-se da obrigação do ente público em cumprir a decisão judicial exarada no Processo n.º 1001381-46.2020.8.26.0189, que tramitou pela Egrégia 1ª (primeira) Vara Cível de Fernandópolis-SP, que determina o fornecimento dos Serviços *home Care*, na modalidade de enfermagem 8 horas por dia. Considerando que o Contrato nº 0168/21 encerra sua vigência em 20/05/2026 sem possibilidade legal de prorrogação, faz-se necessária nova contratação para garantir a continuidade dos cuidados com a vida e saúde do paciente.

Salienta-se que o não cumprimento da determinação judicial poderá ensejar: aplicação de multa diária; Responsabilização do gestor público; Bloqueio judicial de valores; Prejuízo direto à saúde do paciente. Por outro lado, a contratação se mostra necessária



para garantir a continuidade da assistência domiciliar ao paciente; evitar internações hospitalares prolongadas; assegurar atendimento humanizado e adequado.

Por fim, a presente contratação não se trata de política pública ampla, mas sim de cumprimento específico de ordem judicial individual, devendo ser executada nos exatos limites estabelecidos na decisão, especialmente quanto à carga horária e natureza dos serviços.

2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme Estudo Técnico Preliminar.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução final a ser contratada consiste na PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO (sem dedicação exclusiva de mão de obra), com foco na execução do resultado final, conforme dimensionamento e requisitos detalhados nos Tópicos 3 e 4.

O objeto da presente contratação caracteriza-se como **serviço contínuo sem dedicação exclusiva de mão de obra**, estruturado sob o regime de execução por resultado.

A contratação não tem por objeto o fornecimento de profissionais individualmente considerados, mas sim a **garantia da prestação contínua do serviço de atenção domiciliar**, conforme parâmetros de desempenho previamente definidos.

A opção por este modelo fundamenta-se nos seguintes aspectos técnicos:

- inexistência de subordinação direta entre a Administração e os profissionais da contratada;
- ausência de controle de jornada individual pela Administração;
- responsabilidade integral da contratada pela gestão de seus recursos humanos;
- liberdade organizacional da contratada para definir escalas, substituições e alocação de profissionais;
- fiscalização centrada no resultado entregue, e não na alocação de mão de obra.

Dessa forma, a contratação se enquadra no modelo de prestação de serviços por resultado, afastando a caracterização de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da Lei nº 14.133/2021.



Ressalta-se que a Administração não exercerá qualquer ingerência sobre a gestão interna da contratada, limitando-se à verificação do cumprimento das obrigações contratuais pactuadas.

O escopo da contratação abrange a execução do Serviço-Mês para a garantia de fornecimento de serviços de enfermagem – Home Care para atendimento de paciente específico por determinação judicial.

A contratada poderá, a seu critério, utilizar sistema de rodízio de profissionais, não havendo exigência de profissional fixo para execução do objeto.

O serviço será executado no seguinte local: Av. Amadeu Bizelli, n.º 15, Fernandópolis-SP. O Contratado deverá garantir o resultado exigido, observando os prazos de pronta resposta e atendimento definidos no Termo de Referência. Esta solução foi eleita por ser a mais vantajosa técnica e economicamente, à medida que atende de forma satisfatória à necessidade pública.

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade

4.1. A presente contratação de Serviços Contínuos (sem dedicação exclusiva de mão de obra) visa incorporar critérios de sustentabilidade e mitigar os possíveis impactos ambientais decorrentes da sua execução, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Com efeito, a prestação dos serviços de *home care* gera impactos ambientais moderados, concentrados na produção de resíduos de saúde e no deslocamento de pessoal. Para mitigá-los, a contratada deverá observar:

- **Gerenciamento de Resíduos (RSS):** Realizar a segregação, acondicionamento e coleta de resíduos infectantes e perfurocortantes no domicílio, vedando expressamente o descarte no lixo comum ou rede de esgoto.
- **Logística Reversa:** Garantir a destinação final adequada de medicamentos e materiais técnicos utilizados, sob responsabilidade técnica da empresa.
- **Consumo Consciente:** Adotar protocolos de uso racional de insumos descartáveis para evitar o desperdício.
- **Eficiência Logística:** Otimizar as rotas de deslocamento das equipes para reduzir a emissão de gases poluentes e o consumo de combustíveis.





5.1.4. **Gestão da Execução do Serviço:** A contratada será integralmente responsável pela organização de sua equipe, incluindo definição de escalas, substituições e alocação de profissionais, devendo garantir a continuidade da prestação do serviço nos termos pactuados. A Administração não realizará qualquer controle sobre a escala ou sobre os profissionais individualmente designados, limitando-se à verificação do resultado contratado.

5.1.5. **Exclusão de Insumos:** A contratada **NÃO** deverá cotar medicamentos, materiais médicos ou dietas, uma vez que estes itens serão fornecidos diretamente pelo Município.

5.1.6. **EPI's:** É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos materiais de proteção individual dos seus funcionários.

#### **Local e Horário da Prestação dos Serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Amadeu Bizelli, n.º 15, Fernandópolis-SP.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08 (oito) horas diárias no período diurno, inclusive feriados, totalizando 240 horas mensais. A contratada será integralmente responsável pela organização de sua equipe, incluindo definição de escalas, substituições e alocação de profissionais, devendo garantir a continuidade da prestação do serviço nos termos pactuados. A Administração não realizará qualquer controle sobre a escala ou sobre os profissionais individualmente designados, limitando-se à verificação do resultado contratado.

#### **Garantia do Serviço**

5.4. A contratada será responsável pela qualidade, eficácia e segurança dos serviços de *Home Care*, devendo assegurar a adequada execução dos serviços em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde, bem como com as normas sanitárias e diretrizes dos órgãos competentes.

5.4.1. Eventuais falhas, ineficiência ou desconformidade na execução deverão ser corrigidas pela contratada, no prazo definido pela fiscalização, que acompanhará e atestará a conformidade da execução, podendo aplicar glosas e demais medidas cabíveis.

5.4.2. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados.

5.4.3. Aplica-se, subsidiariamente e no que couber, o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), não havendo necessidade de exigência de garantia contratual adicional, diante das características do objeto e dos mecanismos de controle e fiscalização previstos.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1. Na hipótese de convocação, a contratada deverá indicar formalmente preposto, devidamente qualificado e com poderes para representá-la perante a Administração, apresentando seus dados de contato atualizados (telefone e e-mail), os quais serão utilizados para a realização de todas as tratativas administrativas, operacionais e contratuais, sendo o preposto considerado o canal oficial de comunicação entre as partes.

## Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica

corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

6.16.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância



do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma que ocorrer a sessão pública serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

7.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

7.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

7.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

7.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, quando da conclusão da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser sanados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. O prazo de validade.

8.9.2. A data da emissão.

8.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

8.9.4. O período respectivo de execução do contrato.

8.9.5. O valor a pagar.

8.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.9.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá conter, obrigatoriamente, os dados bancários para pagamento, incluindo banco, agência e número da conta corrente, os quais deverão estar vinculados ao titular do CNPJ do Contratado, vedada a indicação de dados bancários de terceiros, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará

sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

8.12. A Administração deverá realizar consulta para:

8.12.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

8.12.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

### **Prazo de Pagamento**

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

### **Forma de Pagamento**



8.19. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de Pagamento**

8.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

#### **Reajuste**

8.25. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/03/2026.

8.26. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.27. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.28. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.29. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.30. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.31. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.32. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **Exigências de habilitação**

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.5. Sociedade empresária (inclusive sociedade limitada) ou sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de eleição ou designação de seus administradores, quando aplicável.

9.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será

considerada como sua sede, conforme regulamentação do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração – DREI.

9.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.11. O objeto social constante do contrato ou estatuto social da empresa deverá guardar compatibilidade com o objeto da contratação, sendo vedada a habilitação de empresa cujo objeto social seja manifestamente incompatível, admitindo-se a compatibilidade por afinidade ou correlação, desde que comprovada a capacidade para execução do objeto.

### **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.19. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de débitos relativos aos tributos municipais.

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.22. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. Certidão Negativa de falência (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.24. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.24.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.24.2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.24.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.25. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 0,5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnico**

**9.28. Qualificação Técnico-Profissional:** comprovação de que a empresa disponibilizará Responsável Técnico com qualificação e registro profissional no COREN-SP. Esta medida assegura que a execução contínua seja supervisionada por profissional habilitado, garantindo o cumprimento das normas técnicas do Ministério da Saúde e a segurança operacional dos serviços prestados ao Município.



## **Disposições Gerais sobre Habilitação**

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 139.560,00 (Cento e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta reais, conforme custos unitários apostos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação, relativas ao exercício financeiro de 2026, correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Fernandópolis, sob a dotação orçamentária própria já prevista para esta contratação.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Fernandópolis-SP, 22 de Abril de 2026.

---

**JOSÉ MARTINS PINTO NETO**  
Secretário Municipal de Saúde



**MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS**

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



**CÓDIGO DE ACESSO**

542FE0284AB445A0B8BD852449D47B7E

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: JOSE MARTINS PINTO NETO em 20/05/2026 09:11:16

CPF:\*\*\*.\*\*\*.708-30

Certificadora: MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/542FE0284AB445A0B8BD852449D47B7E>



**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO Nº XX/XXXX**

A **PREFEITURA DE FERNANDÓPOLIS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 47.842.836/0001-05, sediada à Rua Porto Alegre, nº 350, Jd. Santa Rita, Fernandópolis/SP, neste instrumento representada pelo Prefeito Municipal, Sr. João Paulo Sales Cantarella, nomeado em 01 de janeiro de 2025 pelo Termo de Posse da Câmara Municipal de Fernandópolis para a Legislatura 2025/2028, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXX**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXX, Nº XX, Bairro: XXXX, XXXX/XX, CEP XXXXX-XXX, (XX) XXXXX-XXXX**, Email: **XXXX@XXX**, doravante designada **CONTRATADA**, neste instrumento representada por seu Representante Legal, Sr.(a) **XXX**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 2569/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Municipal nº262 de 04/04/2024 e demais legislação aplicável, **resolvem celebrar o presente Termo de Contrato**, decorrente do Pregão Eletrônico nº 035/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS EM *HOME CARE* PARA PACIENTE ESPECÍFICO DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP, EM CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL”, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	<b>XXXX</b>  <b>Detalhamento</b>	<b>XXX</b>	<b>MÊS</b>	<b>XXX</b>	<b>XXX</b>	<b>XXX</b>
2	<b>XXXX</b>	<b>XXX</b>	<b>MÊS</b>	<b>XXX</b>	<b>XXX</b>	<b>XXX</b>



	Detalhamento					
...	...	...	...	...	...	...

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência.

1.2.2. O Edital da Licitação.

1.2.3. A Proposta do contratado.

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. As prorrogações serão formalizadas por termo aditivo, condicionadas à comprovação da vantajosidade da manutenção da contratação e à existência de disponibilidade orçamentária.

2.3. A vigência será limitada ao prazo necessário para a execução completa do objeto e seu recebimento definitivo.

2.4. Admite-se prorrogação por prazo determinado, mediante termo aditivo, nos termos do art. 109 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo do art. 111.

2.5. Aplicam-se as restrições legais quanto à prorrogação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

### MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

3.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



3.1.1. Início da execução do objeto: O prazo para início da execução dos serviços é de no máximo 05 (cinco) dias corridos, contadas do recebimento da Ordem de Serviço, podendo, em situações emergenciais, ser exigido prazo inferior (48 horas), conforme determinação da Administração.

3.1.2. **Modalidade:** Prestação de serviços de enfermagem domiciliar.

3.1.3. **Carga Horária:** 08 (oito) horas diárias no período diurno, inclusive feriados, totalizando 240 horas mensais.

3.1.4. **Gestão da Execução do Serviço:** A contratada será integralmente responsável pela organização de sua equipe, incluindo definição de escalas, substituições e alocação de profissionais, devendo garantir a continuidade da prestação do serviço nos termos pactuados. A Administração não realizará qualquer controle sobre a escala ou sobre os profissionais individualmente designados, limitando-se à verificação do resultado contratado.

3.1.5. **Exclusão de Insumos:** A contratada **NÃO** deverá cotar medicamentos, materiais médicos ou dietas, uma vez que estes itens serão fornecidos diretamente pelo Município.

3.1.6. **EPI's:** É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos materiais de proteção individual dos seus funcionários.

### **Local e Horário da Prestação dos Serviços**

3.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Av. Amadeu Bizelli, n.º 15, Fernandópolis-SP.

3.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08 (oito) horas diárias no período diurno, inclusive feriados, totalizando 240 horas mensais. A contratada será integralmente responsável pela organização de sua equipe, incluindo definição de escalas, substituições e alocação de profissionais, devendo garantir a continuidade da prestação do serviço nos termos pactuados. A Administração não realizará qualquer controle sobre a escala ou sobre os profissionais individualmente designados, limitando-se à verificação do resultado contratado.

### **Garantia do Serviço**

3.4. A contratada será responsável pela qualidade, eficácia e segurança dos serviços de *Home Care*, devendo assegurar a adequada execução dos serviços em



conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde, bem como com as normas sanitárias e diretrizes dos órgãos competentes.

3.4.1. Eventuais falhas, ineficiência ou desconformidade na execução deverão ser corrigidas pela contratada, no prazo definido pela fiscalização, que acompanhará e atestará a conformidade da execução, podendo aplicar glosas e demais medidas cabíveis.

3.4.2. O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados.

3.4.3. Aplica-se, subsidiariamente e no que couber, o disposto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), não havendo necessidade de exigência de garantia contratual adicional, diante das características do objeto e dos mecanismos de controle e fiscalização previstos.

## **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

3.5. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.7. As comunicações entre a Prefeitura de Fernandópolis e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.8. A Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente (Pedido de Empenho), a Prefeitura de Fernandópolis poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## Fiscalização

- 3.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 3.11. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 3.12. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 3.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 3.14. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 3.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 3.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 3.17. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 3.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 3.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica

corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

3.20. Cabe ao gestor do contrato:

3.21.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da Ordem de Serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

3.21.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.21.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.21.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.21.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC.

3.21.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.21.7. Enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação **integral** do objeto, especialmente das atividades finalísticas de assistência de enfermagem domiciliar, por constituírem a parcela principal e essencial da contratação. Todavia, poderão ser admitidas subcontratações acessórias, mediante prévia autorização da Administração, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada pela execução contratual.

## 5. CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **XXX,XX (XXX)**.

## 6. CLÁUSULA SEXTA: DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Recebimento

6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, quando da conclusão da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser sanados no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos serviços prestados nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

6.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

6.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.9.1. O prazo de validade.

6.9.2. A data da emissão.

6.9.3. Os dados do contrato e do órgão contratante.

6.9.4. O período respectivo de execução do contrato.

6.9.5. O valor a pagar.

6.9.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.9.7. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá conter, obrigatoriamente, os dados bancários para pagamento, incluindo banco, agência e número da conta corrente, os quais deverão estar vinculados ao titular do CNPJ do Contratado, vedada a indicação de dados bancários de terceiros, salvo nas hipóteses legalmente admitidas e devidamente justificadas.

6.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

6.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.



6.12. A Administração deverá realizar consulta para:

6.12.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas.

6.12.2. Identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.13. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

6.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Setor Demandante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

6.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação de habilitação.

### **Prazo de Pagamento**

6.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

6.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

### **Forma de Pagamento**

6.19. Pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

6.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de Pagamento**

6.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/03/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice INPC/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir do Contratado o integral cumprimento das obrigações assumidas no presente Contrato, no edital e em seus anexos.

8.3. Receber os serviços prestados no prazo, local, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência, observadas as regras de recebimento provisório e definitivo previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sempre que forem constatadas falhas, vícios, desconformidades técnicas, execução inadequada ou descumprimento dos parâmetros de qualidade, para que proceda, às suas expensas, à correção, reexecução ou complementação dos serviços.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Em caso de controvérsia sobre a execução dos serviços — quanto à qualidade, extensão ou conformidade — comunicar o Contratado para emissão da Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento, nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado no prazo, forma e condições previstas neste Contrato e no Termo de Referência, desde que atendidos os requisitos legais para a liquidação da despesa.

8.8. Aplicar ao Contratado as penalidades previstas na legislação e neste Contrato, quando cabíveis.

8.9. Notificar a Câmara Permanente Processante de Apuração de Responsabilidade Contratual – CPPARC para adoção das medidas pertinentes sempre que houver descumprimento contratual.

8.10. Emitir decisão, de forma expressa e fundamentada, sobre todas as solicitações e reclamações do Contratado relacionadas à execução deste Contrato, excetuadas aquelas manifestamente impertinentes, protelatórias ou irrelevantes para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração decidirá sobre requerimentos no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do protocolo, admitida prorrogação motivada por igual período.

8.11. Responder a eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro formulados pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.12. Notificar os emitentes das garantias apresentadas pelo Contratado sobre a instauração de processo administrativo para apuração de descumprimento contratual.

8.13. Comunicar ao Contratado quaisquer alterações decorrentes de determinação administrativa ou de ajustes necessários à adequada execução dos serviços, observados os limites e hipóteses previstos no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

8.14. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros em razão de atos do Contratado, seus empregados, prepostos ou representantes.

## **9. CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da prestação adequada dos serviços, observados os prazos, especificações e condições estabelecidas.

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo durante a execução contratual, especialmente para fins de comunicação e recebimento de notificações.

9.3. A Administração poderá recusar a indicação ou manutenção do preposto, desde que justificadamente, devendo o Contratado proceder à imediata substituição.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, prestando todos os esclarecimentos e informações solicitados.

- 9.5. Executar os serviços conforme as especificações técnicas constantes do Termo de Referência e da proposta vencedora, observando rigorosamente os parâmetros de qualidade, desempenho, segurança, normas técnicas aplicáveis e legislação pertinente.
- 9.6. Corrigir, refazer ou complementar, às suas expensas e no prazo fixado pelo fiscal do contrato, quaisquer serviços executados em desacordo com as especificações contratadas, bem como sanar falhas, vícios, erros ou desconformidades constatadas.
- 9.7. Responder pelos danos decorrentes de serviços executados inadequadamente ou com falhas, nos termos do Código Civil, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não sendo afastada tal responsabilidade pela fiscalização exercida pelo Contratante. A Administração poderá descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, quando exigida, os valores correspondentes aos danos apurados.
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou de agente que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.9. Quando não for possível à Administração verificar eletronicamente a regularidade do contratado, este deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização os documentos exigidos no Termo de Referência, devidamente válidos e atualizados durante toda a vigência contratual.
- 9.10. Manter a regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e demais condições exigidas na fase de habilitação durante toda a vigência contratual, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.11. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento das obrigações contratadas, especialmente caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.
- 9.12. Prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados pela Administração, garantindo pleno acesso aos documentos essenciais relacionados à execução dos serviços.
- 9.13. Suspender a execução dos serviços quando houver determinação expressa do Contratante, especialmente quando houver risco de execução em desconformidade ou potencial de causar prejuízo à Administração.



9.14. Responder pela integridade dos serviços até seu efetivo recebimento pela Administração, suportando integralmente eventuais prejuízos decorrentes de falha executiva, erro técnico, má prestação ou descumprimento das obrigações contratuais.

9.15. Fornecer todos os recursos humanos, materiais, equipamentos e meios necessários à adequada execução dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência.

9.16. Submeter previamente ao Contratante, por escrito, qualquer solicitação de alteração de metodologia, técnica, procedimento ou especificação, devidamente justificada, ficando sua aceitação condicionada à avaliação técnica e autorização formal da Administração.

9.17. Não utilizar mão de obra em desconformidade com a legislação trabalhista, especialmente quanto à proibição de trabalho infantil e ao cumprimento das normas de saúde e segurança.

9.18. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, conforme art. 55, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

9.19. Cumprir a legislação referente à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitadas da Previdência Social, quando aplicável, nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133/2021.

9.20. Comprovar, quando solicitado pelo fiscal do contrato, a efetiva observância das reservas de vagas previstas em lei, mediante apresentação dos documentos pertinentes.

9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações, documentos, dados ou acessos obtidos em razão da execução contratual, respondendo civil e penalmente por eventual divulgação indevida.

9.22. Arcar com eventuais ônus decorrentes de erro na formulação de sua proposta, especialmente quanto ao dimensionamento dos custos e quantitativos necessários ao cumprimento integral das obrigações assumidas, exceto nas hipóteses do art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021.

9.23. Cumprir todas as normas legais vigentes, bem como regras de segurança, proteção ao patrimônio público e procedimentos definidos pelo Contratante para execução dos serviços.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD**

10.1. Somente serão divulgados os dados pessoais que sejam imprescindíveis ao interesse público, assim entendido como aquele que atende ao direito fundamental consagrado no inciso XXXIII do artigo 5º, conjugado com o artigo 37 da Constituição, ou seja, aquilo que é necessário e indispensável para o controle social da transparência pública.

10.2. No inciso V do art. 7º da LGPD há hipótese específica de tratamento de dados pessoais quando necessário à execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados.

10.3. O consentimento específico do titular é tácito, nesses casos, em decorrência da autonomia da vontade expressa no momento da realização do instrumento contratual, ou seja, não sendo necessária nova previsão expressa para o tratamento decorrente do ato (art. 7º, inciso V, da LGPD).

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato.
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- c) Der causa à inexecução total do contrato.
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.

- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do 7.1, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

12.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando houver.

12.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

12.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

12.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

12.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

12.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

12.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

12.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados na plataforma que ocorrer a sessão pública serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

12.9.2. As peculiaridades do caso concreto.

12.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

12.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante.

12.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

12.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade.

12.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**



13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações assumidas por ambas as partes, ainda que tal ocorra antes do término do prazo de vigência.

13.2. Caso as obrigações não sejam cumpridas no prazo contratual, a vigência poderá ser prorrogada exclusivamente para fins de conclusão do fornecimento, quando houver interesse da Administração e desde que presentes os requisitos legais para prorrogação.

13.3. Quando a não conclusão do fornecimento decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sujeitando-se à aplicação das sanções previstas em lei e neste contrato.

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato, adotando as medidas legais cabíveis para assegurar a continuidade do atendimento da necessidade administrativa, inclusive mediante contratação de remanescente, nova licitação ou outro meio admitido em lei.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações ou antes do término da vigência, nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1. Nesses casos, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

13.4.2. A alteração social, transformação societária ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa não implicará extinção contratual se não comprometer sua capacidade de cumprir o objeto contratado.

13.4.2.1. Havendo mudança da pessoa jurídica contratada, a alteração subjetiva deverá ser formalizada mediante termo aditivo, observados os requisitos legais.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos.

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e dos valores ainda devidos.

13.5.3. Apuração de eventuais indenizações, multas ou recomposições devidas.

13.6. A extinção do contrato não impede o reconhecimento de desequilíbrio econômico-financeiro ocorrido durante sua execução, hipótese em que poderá ser concedida indenização mediante termo indenizatório, nos termos do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente

do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha atuado na licitação, na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que seja seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios do Município, consignados no Orçamento Geral vigente, devidamente aprovados pela Lei Orçamentária nº 5.683/2025.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial da Prefeitura de Fernandópolis.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO**

18.1. É eleito o Foro da Comarca de Fernandópolis, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Fernandópolis-SP, ..... de ..... de 20.... .

---

**JOAO PAULO SALES CANTARELLA**

Contratante

---

XXXXXX



Contratada

TESTEMUNHAS:

1. xxxx

2. xxxx





**MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS**

RUA PORTO ALEGRE, Nº 350 - JARDIM SANTA RITA - CNPJ: 47.842.836/0001-05

FERNANDÓPOLIS/SP - CEP 15.610-024

FONE: (17) 3465-0150



CÓDIGO DE ACESSO

2A25862CD59949CDA9AB220365666A96

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://fernandopolis.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2A25862CD59949CDA9AB220365666A96>